



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

AS FONTES PARA A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL QUINHENTISTA: MATERIAIS DE ANÁLISE*

Luciana Gimenes
(CEDOCH-DL/USP)

1. O clima intelectual dos descobrimentos

O mapeamento das fontes primárias para o estudo do Brasil quinhentista, do ponto de vista da elaboração de uma historiografia lingüística brasileira, alerta o pesquisador para a existência de uma multiplicidade de formas e gêneros de representação do conhecimento lingüístico, que nem sempre foram explorados de uma perspectiva metodológica: narrativas de viagens, cartas, comentários, notas, ensaios, descrições, registros, catecismos. Isto é, paralelamente às descrições calcadas no modelo latino, teria havido outras, produzidas a partir de visões particulares de autores que não dominavam a Gramática como os missionários católicos, mas que veicularam igualmente as concepções de língua e linguagem do seu tempo. Quando se tem em mente, além do mais, que a reflexão sobre as primeiras formas de representação das línguas do Brasil no século XVI demanda o conhecimento de um contexto intelectual muito diferente do contemporâneo, o recurso a uma documentação não canônica se torna condição necessária.

A arqueologia do conhecimento de Foucault (1966) nos oferece dois traços gerais para a interpretação do contexto da produção de conhecimento

* Este artigo baseia-se amplamente nos dados que integram o *corpus* de minha pesquisa de mestrado: *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI. Uma contribuição para a historiografia lingüística brasileira colonial*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999, inédita. Agradeço aos colegas do *Grupo de Estudos em Historiografia Lingüística* (CEDOCH-DL-USP), com quem tenho discutido e dividido idéias, a Even Hovdhaugen pelos comentários por correio eletrônico, e a Cristina Altman pelas sugestões sobre a versão final deste texto.



lingüístico que aqui se tenta resgatar. De um lado, no século XVI, o conhecimento teria se organizado na forma da ‘semelhança’, ou seja, a apreensão do mundo e a sistematização das coisas que existiam seguiu o critério da similitude. A arte, assim como qualquer outro tipo de linguagem, funcionava como um espelho que refletia e repetia o mundo concreto. Para compreender a realidade, o homem deveria desvendar as marcas e sinais que Deus espalhou no planeta para nos orientar. A percepção das semelhanças era antes do domínio da experiência do que de um código de regras consciente. De outro, o princípio da ‘conveniência’, que seria uma forma de similitude, decorrente da proximidade, autorizava que se presumisse pontos comuns a coisas vizinhas. Ou seja, de acordo com a idéia da conveniência, as formas que dividem o mesmo espaço são aparentadas, compartilham de uma mesma natureza e têm traços comuns. A vizinhança, ao mesmo tempo que indica que as formas próximas têm propriedades e características comuns, engendra essas propriedades, num círculo vicioso.

Com efeito, ao se observar os primeiros registros dos lugares, plantas, animais, povos e línguas do Brasil, reconhecem-se os traços da episteme do século XVI, tal como proposta por Foucault: o desejo de retratar fielmente a realidade através da observação, descrição, reprodução, ou seja, não uma visão da realidade, mas a própria realidade, só acessível pela experiência. Observe-se, a título de ilustração, a “Advertência ao Leitor”, que integra o relato de André Thevet (1502-1590) no seu texto *As Singularidades da França Antártica* de 1576:

Igualmente não deverá estranhar que a descrição de diversas árvores (as palmeiras, por exemplo) e de determinadas feras e aves esteja em total desacordo com a de nossos modernos estudiosos do assunto. Estes por não terem visitado aquelas terras (e pela pouca experiência e cultura que possuem), não merecem ser inteiramente dignos de crédito. Solicitamos que re-

corras aos naturais dessas regiões, ora vivendo entre nós, ou àqueles dentre os nossos que também realizaram a mesma viagem, pois só tais pessoas poderão estabelecer a indubitável verdade. (Porte, em Thevet 1978 [1576]: 15).

Analogamente, a representação do conhecimento sobre língua(s) deveria retratar de maneira fiel e imitar o que se ouvia: sons, palavras, frases. Não é difícil imaginar, no âmbito da descrição gramatical, o conflito que logo se instalaria entre uma episteme veridictiva e a única metodologia disponível naquele momento para o missionário que deveria registrar as novas línguas: o modelo da gramática latina, pouco compatível com a nova realidade (lingüística) que se observava.

O segundo traço da episteme foulcauniana que se reconhece nessa documentação diz respeito à possibilidade de estender a percepção de um elemento do mundo a outros elementos, que lhe são próximos. Nas descrições aqui examinadas, não raro as impressões causadas por determinados elementos se generalizaram e influenciaram a percepção do conjunto da realidade que se procurava conhecer. Tudo no Brasil – tal e qual a tudo que se situava em um ambiente exterior à Cristandade – parecia compartilhar da mesma natureza primitiva e selvagem: os habitantes, a fauna, a flora, a língua, como se procurará demonstrar nas seções seguintes.

2. Fontes para recuperação do saber sobre as línguas do Brasil quinhentista

Para o século XVI, dispomos, como se sabe, de apenas dois documentos organizados nos formatos clássicos de gramática e vocabulário, a *Arte de Grammatica da Lingva mais Vsada na Costa do Brasil*, de José de Anchieta (1534–1597), publicada em 1595, e um dicionário português-tupi, compilado no século XVI pelos missionários jesuítas, mas que só veio a ser publicado em 1938, o *Vocabulário na Língua Brasileira* (Anônimo 1952-1953[1938]).

No contexto dos descobrimentos proliferaram, ainda, descrições e relatos das viagens ao Novo Mundo, em que se descreveram a fauna, a flora e a



geografia da nova terra e os povos indígenas encontrados. Lêem-se nestas fontes impressões sobre a aparência dos índios, informações sobre ornamentos, hábitos e costumes – em geral com destaque para os rituais antropofágicos – e paralelamente, de forma diluída e fragmentada, sobre sua língua. Mas, de maneira geral, os relatos de viagens veiculam elementos que permitem recuperar por ‘similitude’ e por ‘conveniência’ a visão europeia sobre as línguas do Brasil quinhentista, em tentativas, mais ou menos bem sucedidas, de representá-las e/ou descrevê-las sistematicamente, ou parcialmente. Como exemplo desse tipo de material podem-se citar os textos de Cardim (1925 [1625]), Sousa (1938[1825]) e as cartas relativas às atividades da Companhia de Jesus, que circularam entre a Europa e a América, sobre a América portuguesa e seus habitantes (Leite 1940, 1956 [1954]a, b, c).

Níveis de formas lingüísticas observadas e registradas

As primeiras representações das línguas do Brasil se construíram em diferentes níveis de elaboração metalingüística. Assumindo que o registro escrito de uma língua ágrafa é, por si só, uma forma de conhecimento sobre essa língua, ainda que pouco elaborado, teríamos para o período de análise aqui proposto, de um lado, uma série de documentos que permitem, no seu conjunto, reconstruir as primeiras transcrições dos sons e vocábulos das línguas e, de outro, documentos que sistematizam, em graus variáveis de elaboração, suas formas, funções e usos.

No esforço de resgatar a prática desses primeiros lingüistas sem distorcer sua visão original (cf. a questão metalinguagem em Koerner (1996)), estabeleci as seguintes categorias para a organização dos dados lingüísticos que apresentava o material. Distingui informações e comentários referentes aos sons da(s) língua(s), ao **vocabulário**, às **relações (morfo)sintáticas**; às observações e comentários de certos **mecanismos reguladores da conversação**, ao registro e tradução das **estórias, lendas e textos religiosos** e, por fim, às **práticas lingüísticas** que se deram no contexto histórico em questão.



2.1 Os sons da língua

A descrição dos sons da língua dos índios do Brasil se fez por comparação com o alfabeto latino e/ou vernáculo – os autores trataram deste nível lingüístico a partir dos aspectos que diferenciavam a língua indígena de uma língua européia tomada como referência. Assim, quando mencionaram os ‘sons’ ou ‘letras’ da língua indígena, o fizeram para registrar os sons que ‘faltavam’ na língua observada em relação ao alfabeto latino.

É possível afirmar que é no nível da descrição dos sons que podemos perceber mais nitidamente a estratégia descritiva de tentar enquadrar a língua ‘exótica’ em um modelo pré-determinado – o quadro das ‘letras’ do alfabeto latino. Assim, sabemos que a ausência das ‘letras’ F, L, R (‘dobrado’) foi registrada por diferentes autores. Esse fenômeno foi explorado inclusive como índice de uma realidade maior e extralingüística, em que a linguagem foi tomada como um código, cuja decifração permitiria a correta interpretação da natureza de seus falantes – não no sentido estrito de que as línguas refletem uma visão de mundo, mas sim, conforme o prisma da similitude e da conveniência descritos por Foucault (1966). Leia-se sob esta perspectiva a conhecida descrição dos sons do Tupinambá, ou Tupinambá antigo:

Têm muita graça quando falam, mormente as mulheres, são muito compendiosas na forma da linguagem, e muito copiosos no seu orar; mas faltam-lhes três das letras do A B C, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não tem F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronúncia, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os



outros. E se não têm esta letra R na sua pronúncia, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedeçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade; para dizerem Francisco dizem Pancico, para dizerem Lourenço dizem Rorenço, para dizerem Rodrigo dizem Rodigo; e por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram essas três letras. (Sousa 1938[1825]: 364-365).

A 'inferioridade' do Novo Mundo era visível na 'inferioridade' da língua falada pelos nativos. Sem dúvida, tal argumento era conveniente aos propósitos colonizadores, aos quais interessava que o índio não fosse considerado humano, ou ao menos não 'tão humano' quanto o europeu. Importa notar, porém, que o comentário foi registrado também por Gândavo 1965[1576]: 180-181, o que sugere que tal interpretação era, pelo menos, razoavelmente disseminada neste momento.

2.2 A grafia

A percepção dos fonemas indígenas esteve sujeita a variações individuais, por isso a representação dos sons, a grafia da língua, se deu de maneira heterogênea. Anchieta foi o único autor, até onde pudemos verificar a propor 'regras' para a grafia:⁴ "Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis serue, ç. Com zeura, vt. Açô, çatâ." (Anchieta 1990[1595]: 23). Porém, quando forma sílaba com E ou I, o autor estabelece a grafia com C: "Ce, Ci, hão se de pronunciar como que tiuesem zeura como no Portugues, cera cidra, vt acêm, acic. (*id.* 31).

Para se avaliar a heterogeneidade da grafia, a utilização de S, Ç e C em três autores do período: Anchieta (1990 [1595]), Cardim (1980[1625]) e Léry (1980[1576]) é um bom exemplo:

4 Navarro (1997: 661) sugere que Anchieta, ao distinguir S de Ç, estaria informando a existência no Tupi do som africado sibilante.



GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

GRAFIAS UTILIZADAS EM ANCHIETA 1990[1595], CARDIM 1980[1625]
E LÉRY 1980[1576] RELATIVAMENTE ÀS FORMAS S, Ç E C

Autor	Principio dictionis	medio dictionis	Exemplos/ página	Observações
	Ç		Çôca, çuúba (48)	seguido de A, O, U
ANCHIETA	C		Cecêoroço (110)	seguido de E e I
		Ç		seguido de A, O, U
CARDIM	S	C	Acêm, acic (31) Sugoaçú (25), suaçuapara (25), sarigué (26), surucucu (31), sobairá (43).	seguido de E e I seguido de A, O, U
	C		Cicú (104).	quando seguido de I
				nunca usa Ç em início de palavra
		C	Boicininga (31), iguacini (? ^o)	quando seguido de I
		Ç	Arucá, jaçapucaya (36), caarobmoçorandigba (38), Tucanuço (103), canduaçu (27), iguaruçu (28). soó	quando seguido de A, O, U
LÉRY	S	SS	(p.135), sariguá (p.138), saguim (p.144). mussacá (132), soo-uassús (137), ussa (158), taiassú (137).	entre vogais.
		C	jacy (114).	com y - menos freqüente que SS



Cardim, ainda que fosse também Jesuíta, não adotou a grafia estabelecida por Anchieta, que propôs Ç mesmo em *principio dictionis*.

A representação dos sons indígenas foi realizada de maneira heterogênea mesmo por autores falantes de uma mesma língua. Os exemplos abaixo reproduzem alguns vocábulos, tais como foram grafados por dois autores, ambos franceses – Léry (1980[1576]) e Thevet (1978[1558]) – que estiveram na mesma região da colônia:

Léry	Thevet
Petyn	Petum
Margaiá	Margageas
Arabutan	Oraboutan
Cauim	Cauim
Saguim	Sagouin

Ainda que não seja possível desconsiderar a possibilidade de a grafia original haver sido corrompida nas sucessivas edições dos textos, a comparação dessas formas lado a lado sugere, também neste nível, o descompasso entre o modo de representação autorizado – o modo da veridicção – e um modelo de representação arbitrário e inadequado aos sons observados. Observe-se, neste sentido, a seguinte seqüência de exemplos:

Por isso pera conhecer ser este i. aspero se escreve com um ponto em baixo & ficará, jota, subscrito, i. porque faz muyto differente significação ... se há de deixar ao uso porque alguns muito bõs lingoas, o não podem pronunciar: mas ex adiunctis, se entende o que quer dizer. (Anchieta 1990[1595]: 34, grifo meu).



Os selvagens chamam a água doce *uh-ete* e a água salgada *uh-een*; esta dicção obtêm-na com a garganta, como os hebreus fazem com as guturais e por isso era para nós a mais penosa de reproduzir entre todas as do idioma indígena. (Léry 1980[1576]:133, grifo meu).

Quando iam a suas aldeias ou vinham elas ao nosso fortim, apresentavam-nos frutas e outros produtos da terra propondo trocá-los por tais missangas [...] O mesmo faziam para obter pentes, a que chamavam *guyap* ou *kyap*, espelhos, que denominavam *aruá* e outras mercadorias que lhes agradavam. (Léry 1980[1576]: 120, grifo meu).

Ainda que Léry não tenha proposto 'soluções' para a grafia como fez Anchieta, ele se utilizou de certos expedientes para resolver seus problemas ao transcrever a língua, problemas estes que parecem ter sido ignorados em outros registros, ou por terem sido interpretados como alofones, ou, simplesmente, por não terem sido percebidos pelo ouvido europeu. As tentativas de estabelecimento de uma grafia para a língua *foram*, portanto, isoladas, e não alcançaram o estatuto de normas.

2.3 O vocabulário

Para uma amostra de como o léxico foi registrado no contexto do Brasil quinhentista, procedi a um levantamento exaustivo dos vocábulos dispersos em três relatos de viagens que constam da documentação que examinei. A escolha destes três textos não seguiu um critério rígido, procurou-se apenas apresentar exemplos que proporcionassem uma boa visão do conjunto. Neste esforço, foram tomadas aqui duas narrativas feitas por dois autores portugueses, um missionário, Cardim, e um não-missionário, Gândavo; e uma narrativa de um autor francês, Léry. A escolha levou em conta que a maioria dos relatos aqui examinados foi escrita por franceses e portugueses. O levanta-



mento nestas três obras resultou num total de 434 vocábulos distintos, assim distribuídos: Léry :143 vocábulos; Cardim: 272 vocábulos e Gândavo: 19 vocábulos.

As estratégias de representação/ descrição dos vocábulos foram aqui classificadas conforme as seguintes categorias:

a) *imitação* (I), quando houve somente transcrição da forma lingüística, isto é, quando o vocábulo foi apenas transcrito, utilizando-se para isso o alfabeto materno. Por exemplo: “Por uma corda do Rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavão **Caaété**...” (Cardim1980[1625]: 102, grifo meu);

b) *tradução* (T), para a tradução literal morfema por morfema, como em: “Outros se chamam **Tayaçupigta**, sc. porco que aguarda...” (Cardim1980[1625]: 26, grifo meu);

c) *tradução* (t), para a a tradução aproximada: “Tapyreté – Estas são as antas...” (Cardim1980[1625]: 25, grifo meu); ou então, “...vou contar uma história tragicômica que em sua aldeia me contou um **mussacá**, isto é, um bom e hospitaleiro pai de família.” (Léry 1980[1576]: 132, grifo meu);

d) *descrição* (D), entendida aqui como a enumeração das propriedades do referente:

Tanandua – Este animal he de natural admiração: he do tamanho de hum grande cão, mais redondo que comprido; e o rabo será de dous comprimentos do corpo, e cheio de tanats sedas, que pela calma, e chuva, frio, e ventos, se agasalha todo debaixo delle sem lhe apparecer nada... (Cardim 1980[1625]: 27)



O exame dos vocábulos dispersos nos três textos indica que as palavras da(s) língua(s) nativas utilizadas para designar novos referentes que não existiam na Europa foram as mais numerosas: plantas e animais particulares e diferentes, ornamentos, artefatos e instrumentos indígenas, além de nomes de lugares e nomes próprios. Enfim, aquilo que o europeu julgou interessante descrever, por ser inédito e exótico, não raro foi acompanhado dos nomes originais. A seleção de vocábulos operada pelos autores indica que o registro do léxico indígena foi um procedimento apenas complementar à tarefa de descrição dos outros elementos que compunham este mundo.

A tabela a seguir resume o número de ocorrências de vocábulos indígenas nos textos dos três autores – Léry, Cardim e Gândavo – conforme as estratégias de registro e descrição pré-estabelecidas:

Estratégia de descrição	Número de ocorrências	Porcentagem
I	136	31,26
It	38	8,74
II	10	2,3
ID	277	53,56
ItT	2	0,46
ITD	15	3,45
ItD	1	0,23
TOTAL	435	100

A imitação (I), seguida de descrição (D), foram as estratégias mais utilizadas pelos autores na representação do léxico indígena. Ou seja, o léxico da língua foi incorporado à experiência dos seus primeiros descritores tal e qual os objetos, animais e costumes 'exóticos' do Novo Mundo. A segunda estratégia mais utilizada consistiu em apenas transcrever o vocábulo indígena, sem esclarecimentos sobre seu significado. Em terceiro lugar, encontram-se ocor-



rências de tradução (t), mas já em número bem menor que as anteriores. As demais combinações de estratégias foram, como se pode ver, muito menos frequentes.

Um trabalho de coleta de vocábulos que ilustra esta prática está no relato do italiano Pigafetta (1922[1801]: 193) que compilou pequenos vocabulários dos diversos lugares que visitou em sua volta ao mundo. O vocabulário brasileiro é o seguinte:

Vocabulario Brasileño

Rey.....	Cacich.
Bueno.....	Tum.
Casa.....	Boi.
Cama.....	Hamac.
Peine.....	Chipag.
Cuchillo.....	Tarse.
Cascabeles.....	Hanmaraca.
Tijeras.....	Pirame.
Anzuelo.....	Pinda
Barco.....	Canoe.
Mijo.....	Maiz.
Harina.....	Hui.

(Pigafetta 1922[1801]: 193)

Ainda que se trate de uma lista pequena, feita provavelmente com o auxílio de algum intérprete, é interessante notar que os dados lingüísticos foram apresentados por Pigafetta, em separado, como peças da sua coleção sobre os exotismos do mundo. Não se trata, é evidente, de interesse pela



linguagem como objeto autônomo de estudo, mas não deixa de ser significativo que a descrição lingüística encontre um lugar próprio e distinto no conjunto da descrição de mundo.

Muito mais elaborado que os exemplos de Cardim, Sousa, Léry e Pigafetta, são aqueles do *Vocabulário na Língua Brasílica*, compilado pelos Jesuítas, considerada a descrição mais sistemática do léxico de uma língua brasileira que se conhece, confeccionada no século XVI. Trata-se de um dicionário português-tupi, feito para servir aos missionários europeus que precisavam aprender a língua indígena.

Neste documento, pouco se utilizou da estratégia da tradução termo a termo. Para captar traços de significado que no português não se marcam no nível morfossintático, como ocorre no Tupi, o(s) autor(es) lançaram mão de diferentes estratégias descritivas – explicações, ressalvas, exemplificação. Observem-se os exemplos:

Useiro, e uiseiro ser. – Cecobae yxe, ende, etc. Cecoabanhe, mas este segundo significa também antigo, ou natural co. se hum estranhase o sinal q. outro tem no rosto, ou a ? Ja q. está em alg~ua peça, responder-lhe-ia. Cecoabanhe .s. natural he, ou não he nouo, mas sempre assi foy. (Anônimo 1953[1938]: 140, grifo meu).

Ocorreram também, no *Vocabulário*, comentários gramaticais, e esta é a propriedade que distingue claramente este trabalho das listas de palavras. Veja-se mais um exemplo:

Outro dia, e não já agora. – Erimbae. Caramocee. Jrãeira. Bipeeirã. Ambipeê. Ambipeeira. O mesmo he Amonume, I, Amonumee. **A mesma significação faz E. no fim de qualquer uerbo ut**, Aimbôbeu .i. digo. Taimôbeune, I, Taimombeuêirã .i. outro dia o direi. (Anônimo 1953[1938]: 61, grifo meu).



2.4 As relações (morfo)sintáticas

As relações morfossintáticas da língua dos índios foram abordadas, nos textos examinados, basicamente de duas maneiras distintas. A primeira, de modo implícito, pelo confronto das formas lingüísticas da língua indígena com a européia, propondo equivalências entre os termos que indicam a adequada compreensão do caráter polissintético da língua: "Há outra [cobra] que chamão *Guigraupiagoára*, sc. comedora dos ovos dos passaros." (Cardim 1980[1625]: 30, grifo meu)

O segundo modo de abordagem encontrado é aquele em que as relações morfossintáticas foram objeto de descrição 'interna', como por exemplo, no famoso diálogo que acompanha a narrativa de Léry:

Tupi

Francês: - Mamópe setã?

Tupinambá: - Kariók-pe.

Português (originalmente francês)

F: - Onde é sua moradia?

T: - Em Carioca. (Este nome é o de um pequeno rio próximo, que assim se interpreta: casa de kariós; composto desta palavra kariós e ók, que significa casa. Tirando os e adicionado ók, dará kariók. O pe (be) é partícula de ablativo que indica o lugar pelo qual se perguntou ou aonde se desejou ir). Léry (1980[1576]: 279-280, grifo meu)

De forma análoga, no vocabulário jesuítico, foi freqüente a explicitação dos mecanismos morfossintáticos específicos da língua: "Fingir q. não faz. - Eigmaubi no fim do uerbo negatiuo ut. Nacepiaqui. l. não o ui, não o



uejo. Nacepiaceímaubi, faço que não o uejo. (Anônimo 1952[1938]: 139, grifo meu)

Se, em determinados materiais, por vezes foram indicadas e/ou sugeridas as diferenças entre a morfossintaxe da língua indígena e das línguas dos autores, por outro lado essas diferenças foram também apagadas. Observe-se, por exemplo, a seguinte passagem:

O hospede neste tempo não fala palavra, mas depois de chorarem por bom espaço de tempo limpão as lágrimas, e ficam tão quietas, modestas, serenas e alegres que parece nunca chorarão, e logo se saudão, e dão seu *Ereiupe*, e lhe trazem de comer, etc. (...)" (Cardim 1980[1625]: 91, grifo meu).

Neste exemplo, uma frase indígena foi tomada como se fosse um vocábulo com valor nominal, algo como 'boas-vindas', desconsiderando-se a estrutura morfossintática e o valor frasal e verbal da seqüência lingüística em questão⁵.

2.5 Os atos de fala e os textos

Para caracterizar o índio e melhor retratar seus costumes, os europeus utilizaram-se do expediente de transcrever pequenas estratégias de diálogos, em especial os proferidos em contextos situacionais específicos, coloquiais, como no exemplo seguinte:

...quando alguém entra pela primeira vez em suas cabanas, logo os selvagens perguntam: "Marabissere" (Como é o seu nome?).[...] Só depois de conversar um pouco com o visitante é que perguntam se ele deseja alguma coisa. (- "Marapipô?"). (Thevet 1978[1558]: 106)

5 Ere-ñur-y-pe?

Vieste? (Navarro 1998: 195)



E também, as falas proferidas durante os rituais indígenas, pelos quais os autores demonstraram especial interesse:

O prisioneiro, mais altivo do que nunca, responde no seu idioma (margaiás e tupiniquins se entendem reciprocamente) *pa, che tan tan ajucá atuparé* – sim, sou muito valente e realmente matei e comi muitos” (Léry 1980[1576]: 196).

Um outro aspecto observado pelos europeus foram as maneiras e as estratégias dos índios em situação de conversação, como no seguinte exemplo:

Lembro mais uma vez que os selvagens não costumam interromper os discursos de ninguém; por isso me ouviam atentos pelo espaço de meia hora proferindo apenas de quando em quando sua habitual interjeição: **Teh**. E afinal, disseram-me: – “Como vós, os mairs, sois felizes por saberdes tantos segredos ocultos a nós, entes mesquinhos, pobres miseráveis!” E para agradar-me deram-me um pequeno aguti que traziam, dizendo: “Toma lá, já que cantas tão bem.” Entendi dever contar este episódio por entender que, por mais bárbaros que sejam com seus inimigos esses selvagens me parecem de melhor índole que a maioria dos campônios da Europa. E com efeito discorrem melhor do que estes que, no entanto, se reputam inteligentes. (Léry 1980[1576]:170, grifo meu)

Neste comentário, o autor afirma que os índios ‘discorrem melhor’ que certos europeus e registra passagens que o levaram a concluir tal coisa. Ele diz, por exemplo, que o índio não costuma interromper o discurso alheio, ouvindo com atenção o que é falado, e este é um comportamento percebido como positivo pelo autor – o hábito de ouvir atentamente, sem interromper



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

o falante. Cabe notar, mais uma vez, que a detecção de um aspecto positivo em relação à linguagem dos índios autoriza o autor, por 'similitude' e 'conveniência' - tal e qual àquele que detectou na língua aspectos apenas negativos, de 'inferioridade' - a estender seu julgamento para a natureza dos falantes. Assim é que os bons modos dos nativos em situação de conversação permitiram ao autor afirmar que eles tinham melhor índole que os camponeses europeus.

Os trabalhos de que dispomos, em que a língua indígena foi abordada como texto, seriam aqueles em que lendas e cantos indígenas foram transcritos ou na língua original, ou em língua européia. Os autores europeus interessaram-se, por exemplo, por histórias transmitidas pela tradição oral dos brasileiros, como no trecho que segue:

Celebravam ainda em suas canções o fato de as águas terem transbordado por tal forma em certa época, que cobriram toda a terra, afogando todos os homens do mundo, à exceção de seu antepassados que se salvaram trepando nas árvores mais altas do país. Este último ponto que muito se aproxima das Santas Escrituras, é a oportunidade de ouvir inúmeras vezes. É verossímil que de pais a filhos ouvissem contar alguma coisa do dilúvio universal e do tempo de Noé e tivessem deturpado a verdade, como é o hábito dos homens; e isso é tanto mais natural, quanto, como vimos, não tendo nenhuma espécie de escritas, difícil se lhes torna conservar a pureza dos fatos ao transmiti-los; daí terem adicionado a fábula das árvores, tal qual o fariam os poetas. (Léry 1980[1576]: 215-216, grifo meu)

A episteme da similitude orienta, mais uma vez, a interpretação do autor que 'reconhece' no mito indígena o mito do dilúvio universal, ao mes-



mo tempo que atribui o que não 'reconhece' à perda da pureza original, e à deturpação do tempo.

Os cantos indígenas também foram objeto de interesse, registrados algumas vezes por meio de tradução (t), caso em que o autor se interessou apenas pelo conteúdo do texto, e não por outros aspectos lingüísticos, já que não houve preocupação em transcrever a passagem na língua original:

Tenho em meu poder o canto de um desses prisioneiros. Eis o que diz: "Que se aproximem todos com coragem e se juntem para comê-lo; em o fazendo comerão seus pais e seus avós que já serviram de alimento a ele próprio e deles seu corpo se constituiu. Estes músculos, esta carne, estas veias, diz-lhes, são vossas, pobres loucos. não reconheceis a substância dos membros de vossos antepassados que no entanto ainda se encontram em mim? Saboreai-os atentamente, sentireis o gosto de vossa própria carne". Haverá algo de bárbaro nesta composição? (Montaigne 1972 [1580]: 267).

Outras vezes, os cantos foram transcritos em língua indígena, como os registrados por Léry, dos quais o autor apresentou também as partituras, bem como descreveu a expressão gestual dos nativos durante o ritual:

"Heu heura heura heura heura heura heura heura heura ouéch!"

Se, como disse, no início dessa algazarra, me assustei, já agora me mantinha absorto em coro ouvindo os acordes dessa imensa multidão e sobretudo a cadência e o estribilho repetido da a cada copla:

"Hé, he ayre, heyrá, heyrayre, heyra, heyre, eéh"

Para terminar bateram com o pé direito no chão com mais força e depois de cuspirem para a frente, unanimamente pronunciaram duas ou três vezes com voz rouca: "Hé, hyá, hyá, hyá." (Léry 1980[1576]: 214-215).



Provavelmente, uma variável que interferiu na opção pelo registro na língua original, ou, diferentemente, da forma traduzida, foi o domínio da língua. Tomando como referência os dois exemplos acima, Montaigne, o primeiro autor, não conhecia o tupi. Léry teve ao menos um contato maior com os índios, e com certeza, apresentava um domínio maior que Montaigne.

3. *Considerações Finais*

As fontes primárias para o estudo do Brasil quinhentista veiculam ainda informações sobre o contexto lingüístico que então se estabeleceu. De acordo com Swiggers (1990), o historiógrafo deve explorar não apenas fontes que veiculam dados lingüísticos, mas também aquelas que documentam a 'situação lingüística' de um contexto estudado, o desenvolvimento de trabalhos lingüísticos, e ainda, a instância do receptor do conhecimento produzido. Nas fontes aqui examinadas estão disponíveis muitas informações sobre estes aspectos⁶. Por exemplo, há informações sobre os primeiros contatos oficiais de europeus com os índios do Brasil, em 1500, quando a comunicação ocorria apenas por meio de gestos:

Viu um deles umas contas de rosário brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o

6 Uma leitura da situação lingüística do Brasil de 1550 a 1650, centrada principalmente na documentação jesuítica, foi realizada por Rodrigues (1996b). Neste trabalho, o autor enfocou a situação de diversidade lingüística original do Brasil, a ocupação portuguesa - a utilização de intérpretes na comunicação e o aprendizado da língua indígena de maior difusão - a confecção de materiais pedagógicos (gramáticas) bem como a recepção desses materiais.



queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. (Caminha 1943[1827]: 15, grifo meu)

Em contraste, pode-se tomar uma informação de 1560, quando a língua mais falada no Brasil já havia sido codificada (ainda que a 'arte' de Anchieta só viesse a ser publicada em 1595, consta que já estava escrita em 1560), existindo um público receptor para este material. Momento, portanto, bastante distinto daquele retratado no primeiro exemplo, do ponto de vista do nível de domínio da língua indígena pelos colonizadores.

No tempo em que o Padre [Luis da Grã] chegou a esta Bahia estavam as cousas algum tanto feas, as quaes logo com a sua vinda se aquietarão, assim em casa como fora, porque **em casa logo deo ordem a que todos os Irmãos se dessem [a] aprender a lingoa, cousa que até ahy ninguem avya feito, tirando alguns que andavão fora;** e assy deo ordem que viesse a escravaria a aprender a doutrina na nossa igreja, cousa que não se fazia. E elle mesmo a ensina e as cousas da Fee na lingoa às escravas e no portugues a muytas molheres que folgão de saber cousa que nunca lhes foi ensinada. E elle tão sofrego nisto que assi em casa como nas aldeas não consinte a ninguem ensinar. Não deixo eu de entender que elle nam queria que os outros insinassem, mas creio que o faz para nos envergonhar e para nos fazer inveja, como na verdade a mym me envergonha, **que há XII annos que quá ando e não sei nada. Agora começo por os nominativos por a arte para poder aprender.** (Pires, Ambrósio *apud* Leite 1956c: 310-311 grifo meu).

O exame das informações lingüísticas – dados, observações, impressões e comentários dispersos em diferentes gêneros de fontes primárias para o estudo do Brasil quincentista confirma a hipótese de que a situação de conta-



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

to entre culturas e línguas diferentes estimularia o aparecimento de especulações sobre as línguas/ a linguagem, com base na consciência do falante, nem sempre intermediada por uma metalinguagem pré-definida. De fato, encontram-se, não apenas nas descrições lingüísticas sistemáticas nos formatos de gramática e vocabulário, mas também nas descrições de caráter geral e cartas, informações sobre a visão dos autores a respeito da(s) língua(s) observadas e/ou da linguagem. Cabe ao historiógrafo inferir a partir desses materiais os pressupostos subjacentes à produção de conhecimento sobre a língua, o que deve nos levar a entender melhor os conceitos e as práticas do trabalho de análise lingüística que desenvolvemos hoje.

Post Scriptum

Embora não tenha sido diretamente aluna de Aryon Rodrigues, em mais de uma ocasião seus estudos vieram confirmar a legitimidade dos dados, interpretações e, principalmente, da ótica renovada que, enquanto participante do *Grupo de Estudos em Historiografia Lingüística (CEDOCH-DL/USP)*, busquei imprimir às fontes tradicionais da Lingüística brasileira. Eu poderia citar, por exemplo, textos em que o professor discute a questão das línguas gerais (1996a); a visão sobre as línguas do Brasil (1996b), e as primeiras práticas descritivas dessas línguas (1997), valendo-se, para tanto, de documentos variados, tais como cartas, narrativas de viagens, além das gramáticas. A ele, meu reconhecimento pelos anos dedicados ao estudo das línguas brasileiras, os que se passaram e os que ainda estão por vir.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

- Anchieta, José de. 1990[1595]. *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*. [Edição facsimilar. Apresentação Prof. Dr. Carlos Drummond, aditamentos Pe. Armando Cardoso, S.J.] São Paulo: Loyola. (1ª. ed. Coimbra: Antônio Mariz, 1595).
- _____. 1993a. *Doutrina Cristã* (vol. I: Catecismo Brasileiro). [Introdução, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso]. São Paulo: Loyola.
- _____. 1993a. *Doutrina Cristã* (vol. II: Doutrina Autógrafa e Confessionário). [Introdução, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso]. São Paulo: Loyola.
- Anônimo. 1952[1938]. "Vocabulário na Língua Brasileira." [2ª edição revista e confrontada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa por Carlos Drummond.] *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* (Etnografia e Tupi-Guarani 23), n° 137.1º vol. (A-H). São Paulo.
- Anônimo. 1953[1938]. "Vocabulário na Língua Brasileira." [2ª edição revista e confrontada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa por Carlos Drummond.] *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* (Etnografia e Tupi-Guarani 24), n° 138. 2º vol. (I-Z). São Paulo.
- Cardim, Fernão. 1925[1625]. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. [Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu, e Rodolfo Garcia]. Rio de Janeiro: Ed. J. Leite & Cia. (1ª. ed. em *Purchas his Pilgrimes* vol. IV, Londres: Fetherstone, 1625.)
- _____. 1980[1625]. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. [Introdução de Rodolfo Garcia]. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP.
- Leite, Serafim. 1940. *Novas Cartas Jesuíticas (de Nobrega a Vieira)*. São Paulo: Nacional.



- _____. 1956a. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil I (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- _____. 1956b. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil II (1553-1558)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- _____. 1956c. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil III(1558-1563)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- Montaigne, Michel de. 1972[1580]. "Dos Canibais". *Ensaios*. vol I. São Paulo: Victor Civita, pp. 258-268.
- Pigafetta, Antonio. 1922[1801]. *Primer Viaje en Torno del Globo*. [Versión Castellana de Frederico Ruiz Morcuende, con dos grabados, un mapa y dos láminas]. Madrid: Calpe.
- Sousa, Gabriel Soares de. 1938[1825]. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Comentários de Francisco Adolpho de Varnhagem, 3ª ed], São Paulo: CIA Editora Nacional/ EDUSP. (1ª. ed. completa Lisboa: Academia Real de Ciências, 1825.)
- Thevet, André 1978[1558]. *As Singularidades da França Antártica*. [Trad. Eugênio Amado] Série Reconquista do Brasil, vol. 45. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- _____. 1978[1558]. *As Singularidades da França Antártica*. [Trad. Eugênio Amado] Série Reconquista do Brasil, vol. 45. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

Fontes secundárias

- Foucault, Michel. 1968. *As palavras e as coisas*. [Trad. de Antônio Ramos Rosa, prefácios de Eduardo Lourenço e Vergílio Ferreira]. Lisboa: Portugalíia. (1ª. ed 1966)
- Navarro, Eduardo. de A. 1997 "Um Marco da Lingüística Americana: A Gramática Tupi de Anchieta." *Estudos Lingüísticos XXVI*: 660-666. (Anais do XLIV Seminário do GEL - 1996, UNITAU). Campinas: IEL/ UNICAMP.



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

- _____. 1998. *Método Moderno de Tupi Antigo*. Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1996a. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* n. 2, vol. 4: 6-18.
- _____. 1996b. O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550-1650) na costa leste. *ANPOLL*: 59-78.
- _____. 1997. "Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta". Zimmermann, Klaus (ed.). "La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial". *Bibliotheca Ibero-Americana*. Vervuert: Iberoamericana, pp. 371-400.